



Conselho Municipal de Habitação de Londrina

1 123ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação de Londrina

2 A 123ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação de Londrina foi realizada no dia
3 onze de agosto de dois mil e vinte e seis (11/08/2026), na sede da Companhia de Habitação de
4 Londrina – COHAB-LD. A primeira convocação ocorreu às 18h30 e, ante a ausência de quórum, os
5 trabalhos foram iniciados em segunda convocação às 19h00, com registro de 22 participantes.
6 Foram registradas seis ausências justificadas, sendo quatro comunicadas pelo grupo de WhatsApp e
7 duas por e-mail. A reunião foi conduzida pela vice presidente, Conselheira Edna Aparecida
8 Carvalho Braun, representante da COHAB-LD, por motivo de impossibilidade de comparecimento
9 do presidente Denilson P da Costa. A pauta foi colocada em discussão, após sugestão de alteração
10 apresentada pelo Conselheiro Edvaldo Viana, representante da FECAMPAR. Após ouvir o
11 Conselheiro, com a justificativa para sua solicitação de inclusão de novo assunto, a vice presidente
12 argumentou que já havia na pauta o item de "outros assuntos" no qual poderia ser tratada a demanda
13 do Conselheiro. A proposta foi colocada em discussão e aprovada por unanimidade, com os
14 seguintes assuntos: 1-Aprovação da Ata de 09/06/2026; 2 - Informes da mesa: Ausências
15 justificadas e Indicação de Conselheiro/COHAB; 3- Apresentação dos Relatórios de trabalhos
16 desenvolvido pelas Câmaras Técnicas; 4 - Outros assuntos. Na sequência, passando ao item 1 –
17 Aprovação da Ata de 09/06/2026. Consultados os presentes, a Ata foi aprovada pela maioria, com
18 16 votos favoráveis e seis abstenções, por motivo de ausência na respectiva reunião. Em seguida,
19 passou-se ao item 2 – Apresentação dos Relatórios de trabalhos desenvolvidos pelas Câmaras
20 Técnicas. Inicialmente, o Conselheiro Lúcio de Oliveira, representante do CEPAS, secretário na
21 Câmara Técnica de Políticas de Habitação, apresentou relatório das atividades, incluindo o relato da
22 resposta ao Ofício 05/2026 do CMHL, que requereu da COHAB-LD informações sobre atualização
23 cadastral, identificação de demanda habitacional e exclusão de cadastros inativos, tendo como
24 resposta parcial sobre os questionamentos. Após a leitura da resposta e o debate em plenária,
25 aprovou-se por unanimidade a **proposta de reiterar o pedido de informação, solicitando**
26 **esclarecimentos mais objetivos. Entre eles, a data de publicação oficial da normativa citada e**
27 **o cronograma para a convocação dos inscritos, visando à aplicação da regra de suspensão dos**
28 **cadastros inativos há mais de 10 anos.** Na sequência, o Conselheiro Lúcio informou à Plenária
29 sobre a Ausência de resposta ao Ofício 06/2026 do CMHL, encaminhado à Secretaria de Governo
30 em 26/06/2026. O Ofício questionou assuntos importantes envolvendo diretrizes definidas na última
31 Conferência Municipal de Habitação de Interesse Social em Londrina: *Atualização sobre o Plano*
32 *Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) Atualização sobre Programas e Ações*
33 *Estratégicas (Sobre a seleção para os empreendimentos do PMCMV/FAR , Do Programa Moradia*
34 *Digna, Das 2.000 Novas Moradias (PMCMV/FAR) divulgadas em meios de comunicação e sobre a*
35 *atual situação das negociações sobre o Residencial Flores do Campo).* Após abrir para discussões
36 na Plenária, aprovou-se por unanimidade a **proposta de Encaminhar para a Câmara de**
37 **Vereadores um pedido de informação sobre tais assuntos, respeitando o fluxo acerca de**
38 **encaminhamentos,** aprovado anteriormente pelo Conselho. Na ausência de resposta, será feita uma
39 denúncia no Ministério Público. Na sequência, a Conselheira Sandra Maria Almeida Cordeiro,



Conselho Municipal de Habitação de Londrina

representante do CRESS – Conselho Regional de Serviço Social, Coordenadora da Câmara Técnica de Regularização Fundiária, destacando a necessidade de informações mais concretas e completas sobre o Programa de Regularização Fundiária, especialmente diante da possibilidade de questionamentos por parte do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e do Ministério Público. Diante da ausência de informações, foi proposto que se siga o fluxo anteriormente apresentado pelo Conselheiro Lúcio de Oliveira, com a reiteração dos pedidos de informação e os encaminhamentos subsequentes, proposta que foi aprovada por unanimidade. Apresentou a **proposta de questionar a situação de regularização fundiária de alguns núcleos, tal como o Fundo do Vivi Xavier, que as obras já foram entregues em 2024 e até o momento não foram tituladas as famílias. É comum haver questionamentos por parte dos moradores.** A proposta foi aprovada por unanimidade. No âmbito da Câmara Técnica de Regularização Fundiária, a conselheira Sandra abordou a situação da comunidade indígena na Avenida 10 de Dezembro, focando na reintegração de posse e no alinhamento entre órgãos públicos. A Conselheira destacou o envolvimento das secretarias municipais de Saúde e de Assistência Social, além de entidades ligadas à causa indígena. Em seguida, o conselheiro Edvaldo Viana ressaltou a necessidade de incluir o Conselho Municipal de Habitação nessas articulações. Sobre a preservação cultural e territorial, o conselheiro Júlio Cesar Cardoso (Associação de Moradores do Jardim Central de Londrina) defendeu o respeito ao modo de vida indígena. Já o conselheiro Amadeus Far Zacarias (Aldeia Água Branca) reforçou a recusa da comunidade em desocupar a área, alegando o valor histórico do local e a falta de uma alternativa regularizada. A conselheira Ludmeire Camacho (COHAB-LD) solicitou a palavras e mencionou que há uma Comissão de Mediação de Conflitos no Tribunal de Justiça, que oferece suporte em litígios como este. Outros conselheiros manifestaram conhecimento empírico sobre a causa. A Vice presidente do Conselho, Edna Braun, retomou a palavra e alertou que, conhecimentos empíricos não são suficientes para o Conselho fazer encaminhamentos externos e que é importante saber qual a situação atual Ação. Ao fim das manifestações, aprovou-se por unanimidade a proposta da conselheira Sandra Maria para **compilar dados com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e demais órgãos, além de acionar a FUNAI e as lideranças indígenas para apresentar um balanço na reunião seguinte.** Ainda na temática da Câmara Técnica de Regularização Fundiária, a conselheira Sandra Cordeiro retomou a temática sobre áreas sem definição conhecida pelo CMHL, Aparecidinha e Flores do Campo, especialmente quanto à possibilidade de realocação para novos empreendimentos habitacionais, entre eles os Residenciais Hortênsia, Lírio dos Vales, Tulipas e Girassol. Foram discutidas informações relativas aos empreendimentos e à necessidade de acompanhamento do processo de seleção das famílias. Após discussões, foi aprovada por unanimidade a **proposta de que a Comissão de Acompanhamento de Seleção do PMCMV/FAR, (Resolução N° 01, de 29 de abril de 2026), responsável pelo acompanhamento deverá apresentar, na próxima reunião do Conselho, as informações sobre o andamento dos trabalhos realizados para seleção para os empreendimentos do PMCMV/FAR, em Londrina.** Na sequência, foi passada a palavra à conselheira Denise Salton, Coordenadora da Câmara Técnica do Fundo de Habitação, para apresentação do relatório. Denise mencionou que o relatório circunstanciado foi apresentado na última reunião deste Conselho e que



Conselho Municipal de Habitação de Londrina

80 não houve avanço significativo em relação às possibilidades. Destacou a necessidade de obter mais
81 informações diante de uma contribuição do conselheiro Júlio acerca de obtenção de recursos junto à
82 Itaipu. Quais seriam os procedimentos para apresentação de projetos, bem como estudar os
83 mecanismos utilizados pela COHAPAR e por outros órgãos para acesso a recursos destinados à
84 habitação. Ressaltou-se a necessidade de elaboração de projetos estruturados para possibilitar a
85 captação de recursos. O **encaminhamento para levantamento dessas informações e**
86 **apresentação pela comissão na próxima reunião foi aprovado por unanimidade.** O conselheiro
87 Ângelo, representante da UNIMOL informou que há recursos no Fundo Municipal de
88 Desenvolvimento Urbano para projetos habitacionais. A conselheira Denise foi questionada sobre
89 eventuais projetos para uso deste recurso por parte da COHAB-LD. Segundo ela, há projeto
90 relacionado à regularização fundiária em Santa Inês, em Guaravera, ou Morro da Formiga, que
91 poderia ser executado com este recurso. O conselheiro Antônio Baccarin alertou sobre o risco de
92 redução do percentual destinado ao FMDU, destacando ter ouvido discussões a respeito. Segundo
93 ele, a subutilização dos valores disponíveis pode ser usada para justificar futuros cortes. Diante
94 disso, aprovou-se por unanimidade a **proposta para mapear os recursos disponíveis, levantar**
95 **opções de aplicação no setor habitacional e enviar um ofício à COHAB-LD solicitando a**
96 **apresentação de projetos.** Em seguida, a vice-presidente do Conselho, Edna Braun, perguntou ao
97 conselheiro Viana se ele se considerava contemplado pelas pautas abordadas ou se desejava incluir
98 novos tópicos. O conselheiro reafirmou que o CMHL deve ser respeitado e declarou-se
99 contemplado. Sem mais assuntos, a reunião foi encerrada às 20h35, lavrando-se a presente ata.

100 **EDNA APARECIDA CARVALHO BRAUN**

101 Vice Presidente do CMHL

102 Responsável pela condução da reunião